



**FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA-RATIO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**VIRGÍNIA CARNEIRO COSTA**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE  
EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS SURDAS NO INSTITUTO  
FILIPPO SMALDONE**

Fortaleza - CE

2017

VIRGÍNIA CARNEIRO COSTA

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA DE CRIANÇAS SURDAS NO INSTITUTO FILIPPO SMALDONE

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> M<sup>a</sup>. Maria do Socorro Lima Martins Matos.

Fortaleza - CE

2017

VIRGÍNIA CARNEIRO COSTA

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO  
INCLUSIVA DE CRIANÇAS SURDAS NO INSTITUTO FILIPPO SMALDONE

Monografia como pré-requisito para obtenção do título  
de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela  
Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, tendo sido  
aprovada pela banca examinadora composta pelos  
professores.

Data de aprovação: \_\_/\_\_/\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Maria do Socorro Lima Martins Matos  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Luciana Gomes Marinho  
Avaliadora - Faculdade Ratio

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Andressa Pereira da Silva Fernandes  
Avaliadora - Faculdade Ratio

Dedico este trabalho aquelas pessoas que sempre estiveram ao meu lado: minha mãe, Maria Imaculada, meu pai Raimundo Cavalcante, minha avó Maria Aaulira, meu namorado Marcílio Pereira, meus sogros Maria José e Nauri Pereira e as minhas amigas que sempre me ajudaram muito.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo primeiramente a Deus (sei que Ele não vai ler, mas sabe de tudo que passei para chegar até aqui), sempre foi meu porto seguro, pois quando muitas vezes á noite eu desabava aos prantos, com medo de não conseguir.

Á minha enorme família, que sempre me apoiou: minha MÃE MARIA IMACULADA, que tanto me perturbou e “pegou” no meu pé, ao meu PAI RAIMUNDO que sempre me ajudou além de financeiramente sempre me deu o apoio necessário pra a realização deste sonho, minha AVÓ ADAULIRA que nunca me desamparou, meu NAMORADO MARCÍLIO que nunca deixou que eu desistisse pois, sempre me dizia que este era o meu melhor futuro, meus SOGROS MAZÉ e NAURI que me ajudam tanto com orações e ao longo de minha caminhada diziam para eu não desistir.

A Socorro, que foi peça principal para essa conquista, aceitou me ajudar quando eu não tinha mais esperança, não tenho palavras para descrever o quanto você foi importante para mim, mas quero te dizer que gosto muito de você e lhe desejo que Deus te ilumine sempre.

AMÉLIA E ALINE, vocês foram muito importantes na realização de um sonho que será a nossa festa, quando vamos poder comemorar de fato essa enorme conquista em nossas vidas.

Claro que não posso deixar de agradecer a TICIANE e RAFAELA que sempre estiveram ao meu lado, me passando material ou dicas para que essa monografia pudesse se tornar realidade de fato, sempre que precisei tarde da noite eu podia contar com uma ligação ou uma palavra de conforto nem que fosse por mensagem, vocês são mais que especiais, vocês são as pessoas que eu realmente pude desabafar nos momentos de fraqueza e isso eu jamais irei esquecer.

O Meu muito **OBRIGADA** a todos vocês que me deram força quando pensei em desistir, e tenho certeza que serão recompensados com a graça de Deus.

“A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”

**Nelson Mandela**

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral descobrir como se dá a atuação do assistente social na educação básica e inclusiva. Para assim deixar claro que o profissional de serviço social não é só aquela pessoa boazinha que ajuda as pessoas dando cesta básica, mas sim aquele profissional que tem como objetivo transformar a sociedade que vivemos em uma sociedade mais justa e igualitária para todos. Nesta pesquisa quero tentar atingir os objetivos específico que são: analisar como a educação inclusiva se efetiva de fato; identificar como se dá a relação entre os alunos e o profissional de serviço social; analisar a percepção do serviço social quanto á educação. Contudo a educação ainda precisa de meios que lhe permita avançar e assim inserir as pessoas com deficiência que atualmente é o nosso maior desafio. A educação inclusiva também perpassa por muitas dificuldades, pois crianças e adolescentes com deficiência não conseguem alcançar seus direitos porque a escola regular não se vê na obrigação de aceitar esses alunos. Trato de uma pesquisa qualitativa baseado em estudo bibliográfico e de campo usando a pesquisa semiestruturada. Por meio da entrevista, pude perceber que ainda há muito o que fazer, porém muito já se foi feito, como a criação de algumas escolas de educação especial, mas a educação inclusiva propõe que pessoas com deficiência devem estar matriculadas na escola regular, só assim a educação inclusiva terá um verdadeiro sentido.

**Palavras-chave:** Educação. Inclusão. Serviço social.

## **ABSTRACT**

This research aims to find out how General the role of the social worker in basic education and inclusive. To make it clear that the social service professional is not just that nice person that helps people giving basket, but rather one that aims to transform the society that we live in a more just and equal society for all. In this research I want to try to achieve specific objectives are to: analyze how inclusive education becomes effective in fact; identify how the relationship between the students and the professional social service; analyzing the perception of social service as to education. However still needs education means enabling it to move and so insert the persons with disabilities who currently is our biggest problem. The inclusive education also permeates through many difficulties, because children and teenagers with disabilities cannot achieve their rights because the regular school does not see the need to accept those students. Deal of a qualitative research based on bibliographic and field study using semi-structured survey. Through the interview, I could see that there is still much to do, but much has already been done, such as the creation of some schools of special education, but the inclusive education proposes that people with disabilities should be enrolled in regular school, the inclusive education will have a true meaning.

**Keywords:** Education. Inclusion. Social service.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**IDEB** - Índice de Educação Básica

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases

**PNE** - Plano Nacional de Educação

**MEC** - Ministério da Educação

**OSCIPS** - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

**PNDPD** - Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

**PDE** - Plano de Desenvolvimento da Educação

**ABESS** - Associação Brasileira de Escolas do Serviço Social

**ABAS** - Associação Brasileira de Assistentes Sociais

**CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social

**CRESS** - Conselho Regional de Serviço Social

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**DB** - Decibéis

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO</b> .....	19
2.1 A educação básica pelo mundo.....	19
2.2 O início da educação no Brasil.....	22
2.3 A educação no Ceará.....	26
2.4 A educação inclusiva.....	29
<b>3. O ASSISTENTE SOCIAL EM AÇÃO</b> .....	34
3.1 O surgimento do serviço social no Brasil.....	34
3.2 A atuação do assistente social na educação.....	38
3.3 A atuação do assistente social na educação inclusiva.....	41
<b>4. O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO ÀS PESSOAS SURDAS NO INSTITUTO FILIPPO SMALDONE</b> .....	46
4.1 As deficiências no Brasil.....	46
4.2 Sobre o instituto Filippo Smaldone .....	47
4.3 A entrada no campo de pesquisa.....	48
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	53
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	55
<b>APÊNDICE</b> .....	58
<b>ANEXO</b> .....	59

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa identificar a atuação do assistente social no processo da educação inclusiva de alunos com deficiência, seja ela motora ou intelectual. Esse instrumento será uma reflexão do que podemos fazer para que a escola e a educação possa se tornar um espaço em que crianças e adolescentes sintam-se bem, sem preconceitos ou estereótipos.

O Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados (PISA). Mesmo com o programa social que incentivou a matrícula de 98% de crianças entre 6 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009 (IBOPE); 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita (Todos pela Educação). Professores recebem menos que o piso salarial (BRUINI, 2009).

A expansão da escolarização se deu no início do século XIX, e a rede pública só teve um crescimento quantitativo no início dos anos 1980. Em estudo realizado em 2007 por Oliveira, Santos e Dourado, foram identificados fatores que podem prejudicar o ensino na educação básica. São esses os fatores: socioeconômicos, culturais, sociais e as obrigações do Estado, que são as organizações dos padrões físicos e estruturais das instituições.

Em 1988, a educação básica tornava-se um direito efetivo, cabendo ao Estado a obrigação de garantir ensino às crianças de 7 a 14 anos. Na Educação Básica do Brasil, há uma estimativa de 50 milhões de estudantes matriculados em 2013. A rede pública abrange 80% dessas matrículas, incluindo a rede municipal.

No art. 21 da Constituição Federal a educação básica é definida em três etapas, que são elas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Já no art. 22 estabelece-se por educação básica:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (Brasil, 1988)

A educação é o principal pilar de um país. Sem educação o crescimento do país é limitado, não há economia nem qualidade de vida, o que contribui para mais pobreza e desigualdade social.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um instrumento utilizado para avaliar a qualidade das escolas públicas e privadas a nível nacional. Os resultados foram calculados com base na prova Brasil/Saeb de 2007. As metas colocadas para ensino fundamental não foram atingidas, porém foram positivas. Mas mesmo com esses resultados a educação ainda merece uma atenção especial.

Para termos uma noção de índices nesse contexto contamos com o IDEB, que a partir das avaliações de português e matemática calcula as aprovações, através do censo escolar, o aprendizado e a média dos alunos são definidos por meio da Prova Brasil, esses dados são divulgados a cada dois anos.

A última Prova Brasil foi realizada em 2015, com índices favoráveis, em relação à de 2013. Embora os números sejam positivos, temos ainda uma grande massa de alunos que tem seu domínio baixo, principalmente nos últimos anos do ensino fundamental e médio. Todas as escolas públicas e privadas, com pelo menos 10 alunos no ensino fundamental do 5º ao 9º ano, foram avaliadas, porém os resultados só são divulgados daquelas escolas que atingem no mínimo metade da participação dos estudantes.

Não podemos deixar de falar sobre os fatores que fazem com que a educação se torne ainda mais precária em nosso país. O fator socioeconômico é sem dúvida o que mais pesa na balança entre educação e sociedade. Muitas vezes crianças e adolescentes vão para a escola por conta da merenda que lhes é oferecida, pois em casa não têm o que comer. É importante tocarmos nesse ponto, pois a permanência ou não dos alunos em sala muitas vezes é ditada pela renda de cada um.

Durante muito tempo as ações do governo para garantir o direito à educação não eram efetivas, a matrícula era obrigatória, mas só isso não garantia o direito de fato, e se tornava uma medida paliativa e pouco suficiente. Com a Constituição Federal de 1988, mais precisamente no art. 208, estabelece o ensino obrigatório, logo após, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) reforça esse direito e traz meios para que este não seja violado.

O art. 205 da então Constituição determina que não é só obrigação do Estado garantir a educação para crianças e adolescentes, mas sim também da família e da sociedade civil. A população participou em massa, as comunidades se uniram e a educação se tornou destaque nos debates sobre a inclusão da educação especial nas escolas.

Outro ponto destacado foi o direito à igualdade e à oportunidade para todos, e um padrão na qualidade de ensino foi estabelecido para deixar todos os municípios no mesmo nível de educação em todas as escolas do Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB)<sup>1</sup> reforça que a educação escolar se desenvolve por meio de ensino em instituições próprias e de vincular o trabalho e a sociedade. Abrange também alguns princípios que devem ser seguidos para uma educação de qualidade, são eles: igualdade e permanência na escola, igualdade de condições, liberdade para aprender, pesquisar e divulgar a cultura e o pensamento, gratuidade de ensino público, valorização do profissional, diversidade étnico-racial entre outros.

O Estado tem o dever de efetivar a educação escolar pública e garantir os seguintes direitos: educação básica e obrigatória, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, atendimento educacional especializado, acesso público e gratuito aos que não terminaram em idade própria. Por fim, vale ressaltar que a educação escolar é um direito de todos colocada na Constituição Federal e que não pode ser descumprida, a Lei de Diretrizes e Bases foi criada para fazer valer o direito de todos e que não sejam violados, sem que haja qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

Para alcançar esses dados as escolas têm que alcançar metas, porém somente nos anos iniciais (1ª a 4ª série) de 2013 foram atingidas. Todas as redes apresentaram crescimento, só não a rede privada. Nos anos finais (5ª a 9ª série) o Brasil não conseguiu alcançar a meta, e a rede privada novamente apresentou queda.

No Ensino Médio o Brasil não conseguiu alcançar a meta nem mostrou variação entre 2011 e 2013, e a rede privada mais uma vez apresentou queda no seu IDEB.

---

<sup>1</sup> Foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até ser criada a mais recente que é a do ano de 1996.

Falando em nível de Estado é mais fácil compreender o IDEB no Brasil. Alguns Estados cresceram, mas alguns só bateram a meta.

Os estados que apresentaram crescimento no IDEB foram: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiânia, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Roraima. Os Estados que só bateram a meta foram: Acre, Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco e Piauí. (QEdu, 2011)

A prática da educação especial deu início entre 1549 e 1759, quem teve a primeira iniciativa sobre educação especial foi Manuel de Andrade de Figueiredo. Emílio Figueira é um estudioso da educação especial e que a divide em três partes: 1) a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos; 2) o desenvolvimento de legislações específicas; 3) a era da inclusão escolar social.

Um outro ponto importante para a educação especial foi de 1957 a 1990 quando surgiram algumas campanhas voltadas para pessoas com deficiência com o governo patrocinando.

Algumas entidades como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais APAE<sup>2</sup> e Pestalozzi<sup>3</sup> pressionavam as campanhas feitas pelo Estado, mas essa pressão serviu para que as pessoas com deficiência ganhassem um capítulo de inclusão na Lei de Diretrizes e Bases Nacional, foi a lei de nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

Em 1994, surgiu um documento que continha ações políticas voltadas para a educação especial, surgindo assim a política nacional de educação especial. O então presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou uma nova lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394, em 20 de dezembro.

O Plano Nacional de Educação (PNE), 1996, diz que todas as pessoas que tenham alguma necessidade especial têm que estar matriculado e frequentar a escola

---

<sup>2</sup> Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais/FENAPES foi criada em São Paulo no dia 10 de novembro de 1962, com a finalidade de melhor organizar o movimento apaeano, melhorando a disseminação e articulação de suas ideias. Em 1974, sua sede foi transferida para Brasília. Atualmente, congrega 23 Federações Estaduais e cerca de 2.000 APAES e entidades análogas e as filiadas, distribuídas pelos municípios brasileiros.

<sup>3</sup> A Associação Pestalozzi do Ceará é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, fundada em 10 de março de 1956, pela professora Eunice Barroso Damasceno (1921-2006).

regular, porém ainda há estudiosos que dizem que se deve manter os dois sistemas: o regular e o especial.

Somente em 2008 foi que a educação inclusiva ganhou importância de fato e os alunos com deficiência, finalmente, foram incluídas no ensino regular. Em 2003, somente 28% das crianças com deficiência estavam matriculadas, já em 2008 esse número triplicou atingindo um nível de cerca de 76%, segundo o MEC.

Algumas instituições ainda não estão preparadas para receber as pessoas com deficiência, principalmente quando se fala em docência, os professores não são treinados para receberem essas crianças e por isso negligenciam o tratamento e o ensino.

O papel do professor é muito importante, tanto para a educação escolar como para a inclusão, é verdade que tem professores que não se preocupam em se reciclar na profissão ou fazer algo para mudar esse quadro, porém há aqueles que querem mudar o rumo da situação em que estamos atualmente, é preciso promover políticas que façam com que os alunos que não têm deficiência e os professores recebam esses alunos que têm necessidades especiais, da melhor forma.

É preciso conhecer quais são as verdadeiras necessidades dessas crianças, práticas e procedimentos que melhorem a qualidade de vida e inclusão, não só na sala de aula, como também na vida social, pessoal e principalmente incluir essas pessoas no mercado de trabalho. Não é porque essas pessoas têm alguma dificuldade de locomoção ou até mesmo de aprendizado que não podem ter seu emprego ou se relacionar com outras pessoas que não sejam só da família. É necessário enfatizar que se faz necessário que se efetivem políticas públicas para pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, e é aqui que o serviço social entra nas escolas.

Algumas pesquisas, como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE), relatam que pelo menos 60% dos alunos e/ou adolescentes não concluem o ensino fundamental, portanto o serviço social tem responsabilidades dentro da escola, que não compete à equipe multiprofissional escolar, e também não têm recursos para lidar com algumas problemáticas.

Entretanto, o Serviço Social se insere nas equipes multiprofissionais<sup>4</sup> para trabalhar as questões pertinentes à questão social<sup>5</sup>, alguns problemas como: evasão, agressividade e baixo rendimento são fatores de alta complexidade, e o Serviço Social conta com a ajuda de outros profissionais ou órgãos para que esses problemas sejam resolvidos o mais rápido possível para que não haja consequências permanentes nas partes envolvidas.

O trabalho do assistente social dentro das escolas de educação básica é essencial para a formação de crianças e adolescentes, para que esse profissional possa intervir em alguns casos que não cabem somente à escola. Esse profissional trabalha para proporcionar novas discussões e relações interpessoais e grupais, sendo que os objetivos são para conhecer e discutir sobre as políticas públicas em educação e a importância deste vai muito mais além do que só observação.

O Projeto de Lei 3.688/2000 fala sobre a regulamentação do profissional de Serviço Social e decreta: todas as escolas públicas, entidades filantrópicas, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e fundações, cuja principal atividade seja a educação, ficam obrigadas a manter o serviço social escolar.

É preciso ressaltar que esses profissionais não são mais um gasto e sim um investimento para a garantia de direitos das crianças e adolescentes, assim como a permanência e acesso às políticas educacionais. O assistente social dentro das escolas tem algumas atribuições que não cabe a qualquer outro profissional. São estas: elaborar e executar programas visando diminuir os índices de evasão escolar, realizar visitas domiciliares para assistir e orientar adequadamente familiares e alunos, elaborar e desenvolver programas específicos para escolas onde existem egressos<sup>6</sup> das classes especiais, entre outras.

A escolha desse tema se deu pela curiosidade de conhecer a temática e o desejo de futuramente trabalhar na área. Diante do que foi dito anteriormente, trago os seguintes questionamentos: Quais as contribuições do assistente social para a

---

<sup>4</sup> É a equipe responsável por melhorar o ensino dentro das escolas, e o profissional de serviço social faz parte dessa equipe.

<sup>5</sup> É o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade.

<sup>6</sup> Egressos do sistema prisional e adolescentes em conflito com a lei que desejam voltar a estudar.

obtenção de resultados positivos dentro da educação inclusiva? Como podemos fazer valer o direito de crianças e adolescentes com deficiência na educação básica?

Essas questões serviram para que o objetivo geral viesse à tona: compreender a intervenção do assistente social junto às pessoas com algum tipo de deficiência que precisam ser incluídas no ensino regular. No que se refere a objetivos específicos, podemos dizer que: analisar como a educação inclusiva se efetiva de fato; identificar como se dá a relação entre alunos e profissionais e avaliar a percepção do serviço social junto aos alunos.

Aqui irei descrever como foi a minha pesquisa em campo, como foi a coleta de dados e as experiências que observei durante a pesquisa. Segundo Legendre (1993), “a metodologia é um conjunto de métodos utilizados dentro de um determinado setor de atividades”. (p. 845)

Neste trabalho utilizei o método de natureza qualitativa, pois acompanhei a atuação do assistente social em campo, assim também como analisei alguns documentos que fazem parte do dia a dia do profissional. A pesquisa qualitativa caracteriza-se como uma reflexão sobre o tema que pretendo pesquisar. Tem que se fazer uma grande pesquisa de dados, relatórios, observação, questionários e acima de tudo: leitura, pois é preciso ter domínio para falar do assunto.

Então podemos supor que esses métodos precisam ser didáticos e técnicos. De acordo com Maria Marly (2005, p. 43),

Entende-se como metodologia da pesquisa um processo que se inicia desde a disposição inicial de se escolher, um determinado tema para pesquisar até a análise de dados com as recomendações para minimização ou solução do problema pesquisado

Segundo Santos (2001, p. 50), a escolha adequada de um tema de pesquisa depende:

[...] do gosto pessoal, preparo técnico e tempo disponível. Um tema da preferência do pesquisador gera empatia, entusiasmo e favorece a perseverança. A formação cultural e a vivência pessoal garantirão o início bem-sucedido do processo de busca.

O tema a ser pesquisado deve ter relevância para a vida do pesquisador, deve conter fatos que deem a este um motivo para continuar, pois senão será cansativo e entediante. É preciso clareza para realizar a pesquisa, o tema a ser estudado deve ser objetivo e expressivo.

Nesta monografia também utilizei a pesquisa de natureza bibliográfica e a observação, para analisar as atribuições do Serviço Social no *lócus* da pesquisa, e isso inclui os documentos relacionados ao dia a dia do profissional.

A pesquisa de campo procede a observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, a análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. (FUZZ, Ludmila Pena. 2012)

O sujeito participante da pesquisa foi a assistente social do campo a ser estudado, que pertence ao quadro da equipe multiprofissional, tendo em vista a atuação desse profissional. Para alcançar os objetivos propostos ao longo desta monografia utilizei a entrevista semiestruturada, pois permite que pesquisador tenha mais contato com o sujeito e informações detalhadas sobre seu trabalho.

Para me aprofundar nessas discussões entrarei em mais detalhes nos capítulos a seguir. No capítulo intitulado “A história da educação”, irei tratar de como a educação teve início, como ela se mantém com tantas dificuldades e quais as barreiras que ainda precisam ser vencidas. No capítulo intitulado “O Serviço Social, Educação Básica e Educação Inclusiva”, irei falar como o Serviço Social se adaptou ao longo do tempo dentro da educação básica e como esse profissional pode lidar com os problemas que venham a surgir também na educação inclusiva. No capítulo intitulado “O Assistente Social a serviço da Educação Inclusiva”, irei falar como foi a minha pesquisa de campo, as observações que fiz e ao final mostrar quais os avanços que a educação ainda pode trazer para melhorar o ensino de crianças e adolescentes com ou sem deficiência.

## 2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Neste capítulo trato do surgimento da Educação no Brasil, no mundo e quais são os desafios e as barreiras que ainda temos que vencer, para uma educação básica acessível para todos, que tem por objetivo fazer uma reflexão do que já avançamos e do quanto ainda temos que percorrer para uma educação de qualidade. Pretendo com este estudo possibilitar o entendimento sobre essa questão, pois ainda há muito o que saber sobre educação, e assim realizar uma comparação entre as épocas e os diferentes métodos de ensino.

### 2.1 A Educação Básica pelo Mundo

A educação é um instrumento cultural que beneficia o homem de uma capacidade eficaz para que ele transforme suas ações, e estas se tornem aptas para o levarem rumo ao progresso coletivo e pessoal.

A educação pode ser recebida em estabelecimentos de ensino especialmente organizados para esse fim, tais como as escolas elementares, colégios, conservatórios musicais, universidades, ou através da experiência cotidiana, por intermédio dos contatos pessoais, leituras de jornais, revistas, livros, apreciação de pinturas, esculturas, filmes, peças musicais e de teatro, viagens e conferências (BARSA, p. 407).

Na Grécia Antiga, os jovens eram educados para as relações que realmente importavam, a defesa das Cidades-Estado. Cada Estado tinha suas próprias regras para preparar melhor sua juventude. Na República, o conceito de educação era levado a sério intensamente, pois para o governo laços familiares não eram permitidos, eles diziam que esses laços eram prejudiciais às crianças.

Em Esparta<sup>7</sup> foi adotado o modelo educacional em que os jovens eram diretamente supervisionados pelo Estado, os rapazes eram treinados para se tornarem guerreiros, e as moças mães de guerreiros. Os estabelecimentos de ensino tinham uma legislação que os mantinham sempre na “linha”.

Para a cultura Grega, os instrumentos mais importantes eram a música, a cultura literária e artística e a ginástica, mas para alguns filósofos da época estas não

---

<sup>7</sup> Extremamente rigorosa, a educação espartana tinha como objetivo principal formar soldados fortes, valentes e capazes para a guerra. Logo, as atividades físicas eram muito valorizadas.

eram boas para formar um bom caráter e só serviam para estreitar os laços entre os cidadãos, o que para o Estado não era bom.

Para os gregos era muito mais importante o desenvolvimento do espírito e a lealdade à pátria, os estudos intelectuais eram muito mais importantes do que a educação física. Para alguns filósofos os jovens estavam sendo obrigados pela sociedade a ficar em total conforto, o sistema educacional Helênico<sup>8</sup> foi por muito tempo centro de ensino filosófico e científico e comunidades de crenças, porém já estava em decadência, pois os jovens eram instigados a estudar a oratória, o que facilmente os levavam para o caminho da ambição e movidos por uma paixão devastadora.

Uma educação cosmopolita completou o processo para a perda da independência das Cidades-Estado. Por meio da junção das escolas filosóficas privadas e a organização Estatal, surgiu então a Universidade de Atenas, porém era uma educação vazia, e em 529 a.C. a demoliram.

Os romanos encontraram na Grécia um sistema educacional já em decadência. A educação romana era totalmente ministrada pela família. Os pais tinham total controle sobre a educação dos filhos e quando estes não ensinavam os preceitos corretamente eram censurados de forma pública.

Com a cultura grega sendo ministrada pelos romanos, a literatura helênica era o principal instrumento da educação, mais tarde surgiram escolas de gramática, filosofia e retórica<sup>9</sup>. A retórica e o renascimento religioso pagão não obteve o êxito esperado.

Durante todos esses séculos, os Bárbaros<sup>10</sup> tentavam a todo custo entrar no Império e conseguiram, isso teve um efeito devastador na cultura, pois a maior parte das escolas públicas acabaram, e a ignorância imperou durante quatro séculos.

---

<sup>8</sup> Relativo à Grécia antiga (Hélade) ou o seu natural ou habitante.

<sup>9</sup> A retórica é uma área relacionada com a oratória e dialética, e remete para um grupo de normas que fazem com que um orador comunique com eloquência.

<sup>10</sup> Eram todos aqueles que os romanos não conseguiram integrar em seu império.

Na Idade Média o currículo educacional abrangia sete artes liberais mais a filosofia, e a teologia ainda não estava organizada como deveria ser e ainda se via por toda parte vestígios da educação romana.

Foi então que a filosofia aderiu à teologia, proporcionando, assim, o renascimento do setor educacional, porém o grande interesse da humanidade são os problemas espirituais. Introduziram ali estudos gregos para se ter a liberdade de ensino, foi aí que aumentaram o número de escolas elementares de gramática e também de vários estabelecimentos educacionais.

Além do ensino tradicional e espiritual o sistema da época também ensinava aos meninos a preparação de pajens, cujo objetivo maior era torná-los cavaleiros justos e respeitados pela sociedade.

Ao final do século XVIII, vem a renascer a vida universitária, porém com o número de estudantes bastante reduzido. A Alemanha criou então duas grandes universidades: Halle (1694) e Göttingen (1737), combatendo o olhar ultrapassado que a sociedade tinha, e isso atraiu um número favorável de estudantes.

No século XVIII, os enciclopedistas achavam que a educação era para poucos e que não deveria ser disseminada a todos, e as classes cultas se influenciaram com tal discurso. Foi aí que criaram uma nova concepção de educação que fez com que a Europa inteira se influenciasse.

Para Kant<sup>11</sup>, o principal elemento para uma educação de qualidade é a coerção, que prepara os jovens para receber condutas e leis de fora de seu país de origem. A Revolução Francesa reafirma que toda criança deve ser preparada corretamente para a vida, e essa afirmação vem com uma consequência, que é a criação de um sistema educacional nacional e igualitário.

Somente no final do século XIX, na França e Inglaterra, foi que o Estado se interessou pela educação pública, que se espalhou por quase toda a Europa Ocidental e EUA, assim as mulheres que se sentiam excluídas do sistema educacional puderam também estudar igualmente a todos os outros.

---

<sup>11</sup> Immanuel Kant foi um filósofo prussiano, amplamente considerado como o principal filósofo da era moderna, Kant operou, na epistemologia, uma síntese entre o racionalismo continental e a tradição empírica inglesa.

A educação na Europa é totalmente gratuita e obrigatória para todos, existe só uma diferença no que diz respeito aos anos estudados de cada país. O analfabetismo é quase inexistente, pois existem alguns estabelecimentos particulares, porém estes são auxiliados pelo governo.

Nos países Europeus é dada muita importância ao ensino técnico-profissional, é feito um acordo com as empresas para que as pessoas qualificadas não fiquem desempregadas. Quanto aos adultos quando param de estudar e retornam à sala de aula, torna-se um ensino diferenciado, pois se volta totalmente para a vida profissional daquele indivíduo.

No Reino Unido, dois estatutos assinalaram o início de uma nova era na história da educação do país. A Lei do Ministério da Educação (The Board of Education Act.) de 1899, que promoveu a unificação centralizada do ensino; e a Lei da Educação (Education Act.), promulgada em 1902, que instituiu um sistema local de administração tanto para instrução elementar como para a superior. Posteriormente, em 1918, a Lei Fisher estabeleceu as idades de 5 a 14 anos como limites para a instrução compulsória (BARSA, p. 413).

Outro ponto muito importante que devemos destacar na educação Europeia é a educação de excepcionais, é uma preocupação do governo para que estes se tornem capazes de realizar suas atividades pessoais e escolares. Aprendem todas as matérias dadas na educação básica e ainda têm um segundo idioma, todas as crianças devem ser bilíngues.

Em 1944, a Lei Butler<sup>12</sup> foi que deu início ao atual sistema educacional, e muito bem organizado. Então, substituíram a educação básica antiga e uma nova classificação foi progredindo, qualquer tipo de educação fosse ela vocacional ou não, era voltado para jovens que deixavam os estudos para trabalhar. Durante 20 anos o número de estudantes aumentou muito, por conta dos ensinamentos técnicos e científico que eram oferecidos nas Universidades da Inglaterra.

## **2.2 O Início da Educação no Brasil**

Em 1549, com a chegada dos Padres Jesuítas ao Brasil, começou a história do sistema de educação, e criaram um sistema educacional abrangente, porém, o que

---

<sup>12</sup> Foi a lei que marcou o início da educação inclusiva na Inglaterra, onde se tinham escolas primárias e secundárias, e as crianças que não conseguissem acompanhar a escola primária tinham além desta, como se fosse um reforço.

eles queriam realmente era que a religião deles fosse seguida por todos. Rapidamente fundaram conventos e colégios no litoral para que os indígenas também pudessem estudar.

As outras ordens existentes naquela época eram muito exigentes, então por dois séculos inteiros os jesuítas foram os únicos educadores no Brasil, foi então que eles conseguiram se propagar, da Bahia, logo depois para o Sul, Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente, onde ao final do ano o padre Leonardo Nunes fundou a primeira escola de ensino médio, mas que logo foi transferida para o Rio de Janeiro.

Em 1570, o líder dos jesuítas, Padre Manuel da Nóbrega, morreu, mas seu legado continuou, foram criadas escolas em Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, que contava com uma escola de Latim e uma de humanidades.

Nas escolas elementares, base do sistema colonial de educação, que funcionavam onde quer que existisse um convento, os índios aprendiam a ler, escrever, contar e falar o português. Nelas também eram instruídos os filhos dos colonos. Os jesuítas serviam-se de crianças brancas para influir junto aos filhos dos índios e utilizavam estes últimos para atingir os selvagens adultos. (BARSA, 1995; p. 419)

Ano após ano a cultura indígena foi se decompondo e a cultura jesuíta tomando forma entre eles. A igreja era a autoridade maior, a família patriarcal exercia uma autoridade esmagadora que ia muito além dos escravos, suas esposas e filhos também eram submissos aos senhores de engenho e assim obrigados a seguir a tradição dos portugueses, no qual os filhos deveriam seguir a profissão do pai e o que ele escolhesse, como a carreira literária ou eclesiástica, assim, eram encaminhados para a universidade de Coimbra.

As capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco tinham em seus colégios o curso de humanidades. No século XVIII foram criadas as escolas elementares e 11 colégios, porém o de maior importância foi o de Todos os Santos, na Bahia, e o de São Sebastião, no Rio de Janeiro. Eram os melhores quando se tratava de formação religiosa com Latim e gramática. Os estudantes brasileiros, em sua maioria, procuravam a universidade de Coimbra para se formarem em ciências jurídicas e teológicas.

Em 1671, o governo português permitiu que os alunos dos cursos de retórica e filosofia fossem para a universidade de Coimbra para fazer um ano de artes. Para

reduzir os cursos dos jesuítas e de humanidades, para assim não ter possibilidade de serem criados cursos superiores. Com isso, a Universidade de Coimbra foi de suma importância para a cultura da elite brasileira.

Para Portugal, a educação era um meio de submissão da Colônia, que tinha autoridade sobre estes. Os jesuítas tinham um sistema eficiente e organizado, porém quando se tratava das habilidades de criação dos alunos, eles não tinham nada que os estimulasse, portanto as atividades técnicas e produtivas eram encontradas facilmente nas cidades, o que levava os estudantes a quererem conhecer melhor.

Na metade do século XVIII, o sistema educacional dos jesuítas já abrangia praticamente todo o território brasileiro e crescia também na Europa, porém o Papa Clemente XIV decretou sua extinção porque os jesuítas foram acusados de desviar a ordem religiosa, maliciando riquezas e poderes. Em 1822, a fundação do império trouxe novas ideias de ensino, discutia-se na Assembleia Constituinte uma educação popular.

Uma lei de 1822 estabelecia que se criassem novas escolas primárias em todas as cidades, vilas e povoados, e escolas secundárias nas cidades e vilas mais populosas. Entretanto, a lei não foi muito eficiente na prática, pois o governo se mostrou incapaz de organizar uma educação verdadeiramente popular. Quanto à educação superior, ressalta-se, nessa época, a criação dos cursos de Direito, no convento de São Francisco, em São Paulo, e no mosteiro de São Bento, em Olinda, que exerceram importante papel na vida cultural do país. (BARSA, p.421)

O sistema educacional que se formava desde então teve uma quebra significativa e passaram a existir dois sistemas de ensino: o federal e o providencial, que em sua totalidade deixava muito a desejar, uma das consequências desse sistema foi a criação de muitas escolas secundárias particulares, e uma das mais importantes e influenciáveis foi a de Minas Gerais, criada pelos irmãos Lazaristas<sup>13</sup>.

Foi então que os jesuítas voltaram ao Brasil em 1842 e logo depois criaram em Santa Catarina o Colégio do Desterro, um seminário e um colégio em Pernambuco, além de colégio em Itu, em São Paulo. Em São Luís, o Governo Federal também criou em outros lugares várias escolas secundárias, e o resultado foi uma grande desorganização na educação do povo. Em 1855, foi criada a primeira escola de

---

<sup>13</sup> A Congregação da Missão, dos Padres e Irmãos Vicentinos ou Lazaristas é uma Congregação Internacional de Padres e Irmãos, fundada em 1617, na França, por São Vicente de Paulo.

educação para professores numa tentativa frustrada de melhorar a educação, pois não havia professores qualificados para tais funções.

A educação continuou lenta e sem muita importância, foi então que o Visconde do Rio Branco reorganizou a Escola Central, que recebeu o nome de Escola Politécnica, com três cursos iniciais básicos: Engenharia, Mineralogia e Artes e Manufaturas. Com isso, em 1875 criou a Escola de Minas, em Ouro Preto.

De 1924 a 1930, um processo revolucionário desencadeou algumas reformas educacionais que facilitavam novas ideias e permitiam a formação de sistema educacional com medidas importantes a serem tomadas. A criação do Ministério da Educação e a reorganização do ensino secundário, ensino superior e a criação de novas universidades.

O governo provisório criou o Ministério da Educação e Saúde, nomeando para ministro o reformador do ensino primário e normal de Minas Gerais, Francisco Campos. A primeira reforma que o ministro empreendeu foi a da educação superior, com a elaboração do estatuto das universidades, que adotava o sistema universitário como regra de organização da educação superior e exigia para a fundação de uma universidade a existência de, pelo menos, três institutos de ensino superior: o de direito, de medicina e de engenharia, podendo um destes ser substituído pelo de educação, ciências e letras. O estatuto das universidades brasileiras abriu largas perspectivas para a formação de professores secundários e para a cultura nacional em todos os seus aspectos. (BARSA,1995; p. 423)

Em 1934, foi criada a primeira Universidade em São Paulo, que não lecionava apenas as matérias comuns, mas também dava muita importância às pesquisas. Em 1935, Anísio Teixeira criou a Universidade do Brasil, com o intuito de ensinar Filosofia, Letras, Ciências, Direito e Economia Política. Alguns anos mais tarde foi apresentado à Câmara Federal o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elaborado por educadores que enfatizava a autonomia de ensino e flexibilidade nos cursos. Foi debatido incansavelmente e esquecido logo após, quando finalmente em 1957 foi novamente examinado e aprovado. Logo em 1961 foi criado também o Conselho Federal de Educação para decidir sobre tudo que diz respeito à educação.

Em agosto de 1971 foi criada a Lei 5.692<sup>14</sup>, que trata da reforma de ensino básico e capacidade de atribuição ao ensino médio. Essa reforma permite que os

---

<sup>14</sup> Esta lei trata da educação e especialização de professores.

profissionais de ensino não parem de se qualificarem e que atenda a estrutura curricular.

O sistema educacional foi objeto de debates na Assembleia Nacional Constituinte, alguns tentavam defender e proteger uma educação universal e gratuita, por outro lado, os liberais defendiam o ensino privado e a liberdade para tal, e cabia ao Estado subsidiá-lo.

Após a Constituição de 1988, foi expressamente exigido que a educação fosse um direito universal, com isso, o Governo fica obrigado a conceder um sistema educacional gratuito, para que todos pudessem ter acesso a esse direito que foi adquirido por meio de lutas árduas dos cidadãos, contudo a família também deve incentivar e promover a educação.

Para a melhor promoção da educação, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para que pudessem nortear educadores de todo Brasil, tanto na rede pública como na rede privada. Não são obrigatórios, porém servem para dar uma base para a melhoria da educação em nosso país. Os PCN's servem para orientar na hora em que educadores irão avaliar seus alunos e também para ajudar na elaboração de planejamentos para as aulas.

Por abrangerem inúmeros fatores, os Parâmetros Curriculares Nacionais podem ser utilizados com objetivos distintos, conforme o contexto em que a escola está inserida. Além disso, a forma como foi estruturado esse documento possibilita aos *profissionais da educação* iniciarem a sua leitura por diferentes partes, sem seguirem uma ordenação. No entanto, com o tempo, os educadores devem conhecê-lo, na íntegra, para poderem compreendê-lo e se apropriarem de sua proposta. (BARROS, 2010)

No próximo tópico trato de como o sistema educacional se iniciou no Ceará, quais as consequências que isso trouxe e também como se desenvolveram as problemáticas e como o governo se articulou com professores para a melhoria do sistema educacional.

### **2.3 A educação no Ceará**

Durante o processo histórico que se encontrava o Brasil, Fortaleza vinha se consolidando como unidade político-administrativa, se tornando uma cidade de

interesse universal. O progresso chegava ao Ceará trazendo consigo a educação e desse modo se inserindo no mundo civilizado. Entre 1834 e 1837, a construção de um ensino se tornava real, mas o Estado cortava gastos em meio aos impactos socioeconômicos.

Em 1834, a organização escolar do Ceará se deu por meio de leis e da regulamentação das diretrizes. Com a promulgação das competências político-pedagógicas visava a melhoraria da qualidade do ensino cearense. Foi quando José Martiniano de Alencar foi nomeado governador, e este governo fica marcado por ações voltadas diretamente para a educação.

Em estudo desenvolvido por Djacir Menezes (1966), alguns dados apontam para a realidade educacional cearense na época da administração do Presidente Alencar. Em 1835, segundo conta, a realidade escolar cearense contava com 29 cadeiras para ensino de primeiras letras, sendo 25 para meninos e 4 para meninas, além de seis cadeiras para o ensino de Gramática Latina nas cidades de Fortaleza, Aracati, Sobral, Icó, Crato e Quixeramobim. Haveria ainda uma cadeira de retórica, lógica, aritmética e francês (DOCUMENTOS, 2006. p. 25)

Com o orçamento definido, a reforma do ensino cearense se tornaria uma realidade. Todavia era preciso que as leis fossem revistas com mais clareza. A primeira lei para o ensino provincial foi a de regulamentação das diretrizes da Lei Federal de 15 de outubro de 1827, que regulamentava o salário dos professores, o papel das câmaras junto ao ensino, a carga horária, o período de férias e as datas previstas para provas finais.

Pensava-se numa reforma de educação, não só como forma de melhoria desta, mas também como uma grande possibilidade de recursos financeiros, tendo em vista que o Poder Central não queria essa ajuda, a não ser que fosse decretado estado de calamidade pelos Estados em questão, pois cada um deveria criar suas próprias condições para o ensino.

Para melhorar a distribuição de renda orçamentária, a primeira tomada de medida do Governo Alencar foi a de definir como seria repassado o dinheiro público, com a Lei de 15 de junho de 1835 dispõe que a assembleia deveria repassar como estava sendo arrecadado os impostos e como seria aplicado.

Houve um progresso na legislação, pois até então as mulheres não tinham direitos políticos nem sociais, e com a Lei de 25 de setembro de 1836 foi criado um

plano de salário para as professoras, e a inclusão de mestras no sistema escolar cearense.

As Câmaras Municipais tinham um papel fiscalizador das instituições de ensino. Todos os professores teriam que mandar dois relatórios para que o presidente tivesse controle sob o ensino nas províncias, esses relatórios asseguravam que as provas finais seriam realizadas antes do Natal e seriam fiscalizadas por Juiz de paz ou pároco da localidade.

As Câmaras Municipais deveriam cumprir o que estava determinado na Lei da Organização das Câmaras Municipais de 1º de outubro de 1828, e dispõe que anualmente as Câmaras Municipais devem nomear dois inspetores capacitados para que estes fiscalizem se os professores estão cumprindo com seus deveres e também fazer relatórios para dizer quais as despesas escolares, como: papel, uniformes entre outros.

Com a promulgação da Lei de nº 68, de 12 de setembro de 1837, os pais ou familiares ficam obrigados a matricular seus filhos ou dependentes, se isso não for feito serão tomadas medidas como multa ou reclusão, pois é caracterizado como crime a omissão de instrução escolar às crianças sem motivo justificado. No mesmo ano foi sancionada a Lei de nº 73, que visava a melhoria da anterior, com medidas que aplicava melhor as penalidades ao crime escolar.

Tendo em vista a precariedade no ensino lecionado nas escolas, o Governo determinou que seria incluso o método Lancaster<sup>15</sup> nas escolas de primeiras letras. Foi então que a partir daí os professores começaram a ter uma formação de acordo com a matéria que lecionava, e então após o término do curso receberiam o diploma pelo governo. Os professores que não cumprissem com tal determinação, perderiam no ato seus cargos.

O governo Alencar tentou de todas as formas organizar o sistema educacional cearense, porém com as confusões daqueles que tinham o poder, o quadro escolar no século XIX configurava treze escolas com índices baixíssimos quanto ao ensino,

---

<sup>15</sup> É um método pedagógico desenvolvido pelo inglês Joseph Lancaster (1778-1838) no final do século XVIII na Europa. Conhecido também por método monitorial ou mútuo difere dos métodos que o antecederam por utilizar alunos que se destacam dos demais, como alunos monitores, responsáveis por contribuir para o ensino do restante do grupo.

pois o que estava em discussão não era a educação, e sim o Poder Político Central, o que teria destruído o governo Alencar.

## **2.4 A Educação Inclusiva**

Neste terceiro tópico irei discutir acerca da educação inclusiva, para que possamos fazer uma comparação de como era antes e como está atualmente, e dessa forma abrir uma vasta discussão sobre o assunto. Com o intuito de mostrar como a educação se tornou inclusiva e de que forma isso aconteceu.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos, serviços e o atendimento educacional especializado, de forma complementar ou suplementar à escolarização, aos estudantes público alvo da educação especial (MEC, 2008).

No Brasil, a educação especial se deu no início do século XIX, quando esse segmento foi dedicado à população brasileira trazida e inspirada em experiências Europeias. Foram trazidos estudiosos que organizaram estudos e ações para atender as pessoas com diferentes tipos de deficiência. Somente depois de um século foi que a educação especial passou a fazer parte do sistema educacional de fato, pois no início as políticas de educação especial estavam diretamente ligadas às políticas de educação.

A partir daí o processo de inclusão tem atingido várias discussões para que as pessoas com deficiência vivam numa sociedade igual para todos. Atualmente, tem se visto que o “olhar” da sociedade em relação às pessoas com deficiência tem mudado, pois o que podemos perceber é que a deficiência está sendo vencida, porque as pessoas não ficam mais em casa esperando morrer com a sua deficiência, mas sim vão à luta, se divertem, estudam e fazem coisas que outras pessoas não seriam capazes de fazer.

Por conta da pressão do povo, o Estado está criando leis que possibilitam as pessoas com deficiência mais liberdade e direitos iguais, principalmente no mercado de trabalho. Ainda é preciso de muito mais lutas, não só daqueles que sentem seus direitos violados, mas também de toda sociedade para que esse contexto de que as

peças com deficiência são os “coitadinhos”, possa ser desmistificado e assim eles se sintam parte da sociedade.

Quando se fala em ações para as pessoas com deficiência, nosso país tem avançado. Nos setores da cultura, saúde, mercado de trabalho entre outras, pois é essencial a inclusão de pessoas com necessidades especiais para que a nossa sociedade possa se tornar um pouco melhor para todos a cada dia.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB) foi criada para que tivéssemos uma educação básica de qualidade. Há ainda muito o que melhorar quando se fala em educação inclusiva, o governo deve se prontificar em especializar professores e todos os outros membros que atuam nessa área.

Segundo a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2009), são aquelas que apresentam “[...] impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

É preciso mencionar que esse público esteve fora da sala de aula comum por muito tempo, e os debates sobre inclusão só começou em 2000, para que se garantisse a melhoria nas condições de deslocamento e participação das pessoas com deficiência.

As pessoas com deficiência eram consideradas incapazes, até mesmo para fazer as coisas mais simples e por isso os espaços estão adaptados a receberem todas as pessoas que tiverem as mais diversas deficiências e serem um pouco mais independentes a cada dia.

Mazzota (2001) aponta que a educação das pessoas com deficiência é tratada na política educacional brasileira somente no final dos anos 50 e início dos anos 70 do Século XX, um século depois das primeiras iniciativas que eram de cunho

filantrópico, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos<sup>16</sup> (1854) e Instituto dos Surdos-Mudos<sup>17</sup> (1957).

A educação especial recebeu essa nomeação para que pudesse atender a todas as necessidades das pessoas com deficiência, seja ela cognitiva, intelectual ou motora e assim dar a eles toda a educação de que precisam para se tornarem pessoas melhores e construir assim uma sociedade melhor a cada dia.

Alguns documentos em vigência, como a portaria nº 1.679/1999, dispõem que deve haver acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior para que os cursos sejam devidamente autorizados nas instituições que os regem, porém essas políticas devem ser revistas, pois temos que ter sim uma educação inclusiva, mas também tem que ter uma educação especial quando se fala em passar o conteúdo.

Podemos perceber que o processo de inclusão é novo, mas temos que estar atentos para esse processo, temos que inserir as pessoas com deficiência em todos os setores para que estas não se sintam exclusas das outras pessoas, e que não tenham um tratamento especial excessivo e assim não se sintem incapazes de tomar suas próprias decisões.

Todos os alunos têm características, talentos e interesses únicos. Enquanto alguns dominam diferentes linguagens e são apaixonados por histórias, outros preferem desafios matemáticos e projetos de ciências, por exemplo. Mas cada um deles tem uma trajetória de vida singular, com diferentes condições sociais, emocionais, físicas e intelectuais, que não é respeitada por escolas que usam métodos padronizados de ensino. Para respeitar as diferentes formas e ritmos de aprendizagem, ambientes educacionais inclusivos, historicamente associados apenas àqueles que acolhem alunos com deficiência, têm potencial para assegurar a participação de todos e ao mesmo tempo compreender as especificidades de cada um. (LOPES, 2016)

A educação inclusiva tem a missão de dar às pessoas com deficiência muito mais que só a educação das matérias comuns curriculares, mas também de fazer com que essas pessoas se sintam bem dentro da escola como um lugar que eles se sintam seguros e possam fazer novos amigos que possam confiar para ensinar-lhes o que

---

<sup>16</sup> O “Imperial Instituto dos Meninos Cegos” foi criado em 1854 pelo Imperador D. Pedro II, com o objetivo de se dedicar ao ensino de crianças cegas (meninos e meninas).

<sup>17</sup> Fundado em 26 de setembro de 1857, através da Lei 939, tendo como primeiro diretor o educador francês Eduard Huet.

fazer numa situação difícil e assim passar por tudo que o que aparecer em seus longos e difíceis caminhos.

Quando vemos as escolas transformadoras e inovadoras, percebemos que muitas delas têm feito um bom trabalho de inclusão das crianças com deficiência porque estão priorizando no seu projeto pedagógico a questão do clima, do acolhimento e do respeito às singularidades. (GONZAGA, 2016)

Os desafios da educação inclusiva ainda são muitos, porém inovações nesse âmbito têm feito com que a deficiência não se torne um fardo tão pesado, tanto para as pessoas com deficiência como para familiares e amigos. Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), em seu art.1º:

[...] a deficiência é um conceito em evolução e resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

A educação especial deve garantir serviços especializados para que não haja barreiras no processo de escolarização das pessoas com deficiência, nesse sentido a educação especial é parte do ensino regular e assim não podendo ser vista como um sistema à parte.

Vale ressaltar que o Ministério da Educação (MEC) vem trabalhando para transformar o sistema educacional de educação inclusiva e desde 2003 implementa ações, que ampliam as condições de acesso e participação do público especial dentro das escolas de ensino regular.

Assim, observa-se que o financiamento público da Educação Especial tem consolidado uma política de acessibilidade nas escolas das redes públicas de ensino em todo país. Essa agenda envolve a gestão dos estados, dos municípios e do Distrito Federal na construção de estratégias para a garantia de acessibilidade física, pedagógica, nas comunicações e informações. Essa política de inclusão torna-se, cada vez mais, presente nos sistemas de ensino, orientando a elaboração dos projetos pedagógicos das escolas e a formação de professores (CAVALCANTE, 2011).

Para promover a educação das pessoas com deficiência foi criado o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (PNDPD), que contempla ações voltadas para as diferentes áreas, e vem sendo complementado pelo MEC com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), planos estes que vêm sendo usados para promover uma educação pública e inclusiva de qualidade.

Esses planos são voltados para a educação inclusiva e apoia a promoção de recursos e serviços que é o atendimento educacional especializado, voltado para os alunos que precisam da educação especial nas escolas públicas de ensino regular.

Assim, ao eixo educação foram incorporadas as seguintes ações: Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; BPC na Escola; Formação Inicial de Professores e de Tradutores e Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Incluir – acessibilidade na educação superior (CAVALCANTE, 2011).

A educação inclusiva é muito importante para nosso país, para que crianças e adolescentes possam ter uma educação de qualidade, e que as pessoas com deficiência possam ser aceitas de forma natural em nossa sociedade e assim dar continuidade aos seus estudos podendo terminar o ensino médio, graduação e etc.

### **3. A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Neste capítulo irei tratar de como o Serviço Social surgiu no Brasil, quais as consequências que essa profissão nos trouxe e como se inseriu no âmbito da educação básica e da educação inclusiva. Nesse contexto discutir como o profissional de Serviço Social pode contribuir para o nosso país e melhorar ainda mais na perspectiva de educação.

#### **3.1 O Surgimento do Serviço Social no Brasil**

O Serviço Social no Brasil surgiu como profissão na década de 1930 e começou a ser ensinada com o surgimento da Escola Elvira Matte de Cruchaga, a partir da articulação entre a Igreja Católica, a Burguesia e o Estado. Essa profissão, que é essencialmente feminina, foi criada para que as moças “boas” das famílias burguesas pudessem fazer um trabalho caritativo com as famílias pobres com comida, saúde e moradia.

Em 1945, aconteceu no Rio de Janeiro o Congresso Pan Americano, que discutiu como o Serviço Social iria tomar novos rumos e quais seriam suas direções a partir dali. Logo após, em 1946, foi criada a Associação Brasileira de Escolas do Serviço Social (ABESS) e depois a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), que mudou de uma vez por todas a visão dos Assistentes sociais e da sociedade, e assim implementar novas políticas públicas que dariam a população desassistida uma melhoria de vida.

O II Congresso Pan Americano de Serviço Social no Rio de Janeiro em 1949 foi um marco na evolução do Serviço Social em nosso país como um congresso de larga escala. Com esse misto de ideais americanos e franceses de assistência médico-hospitalar que enfocava também a família do trabalhador, apresentava, portanto uma característica paternalista na obtenção de benefícios, matérias, na gratuidade dos medicamentos, alimentos, auxílio em espécie ou no encaminhamento a obras sociais que podiam melhor atendê-los. (CARMONA,2010)

Esse Congresso marcou a profissão de Serviço Social, pois essa classe pode finalmente desenvolver seu trabalho com mais dignidade e sem o preceito de que estava fazendo caridades aos pobres, porém as pessoas ainda viam essas

profissionais como uma caridade que o governo mandava para ajudar as pessoas mais necessitadas.

Em 1953, inicia-se uma discussão sobre a cientificidade do Serviço Social como profissão que logo foi regulamentada em 1957 a partir da lei nº 3252<sup>18</sup>. Mesmo após a regulamentação da profissão, o conservadorismo ainda se fazia presente. A luta pela sua superação e para que a classe trabalhadora se sentisse acolhida pelo Estado perdurou até meados da década de 1980, quando movimentos sociais pressionaram o Estado para dar início ao processo de redemocratização que culmina com as eleições de um governo civil e a convocação de uma assembleia constituinte.

No momento em que é vivenciado nacionalmente, o Serviço Social é um projeto embrionário de intervenção profissional, apresentando-se como estratégia de qualificação do laicato da Igreja Católica, que crescia por meio da ampliação de suas ações caritativas aos mais necessitados. Procurava-se, com isso, atender ao imperativo da justiça e da caridade, em cumprimento da missão política do apostolado social, em face do projeto de cristianização da sociedade, cuja fonte de justificação e fundamento é encontrada na Doutrina Social da Igreja. Dessa forma, a intervenção profissional do assistente social estava dirigida, sobretudo, às situações de “pobreza” e aos “pobres ou desajustados”. O objetivo central era levá-los a um maior ajustamento à ordem social vigente – visão em que a pobreza se caracteriza um caso de polícia. Nesse contexto, a intervenção do Serviço Social se realizava preferencialmente no âmbito individual, trabalhando sobre as “características individuais” dos sujeitos que apresentavam algum tipo de “desajuste social” (SILVA E SILVA, 1995, p. 24-25).

A partir de 1923, com a introdução da Lei Eloy<sup>19</sup> Chaves foi que o Estado percebeu que havia a necessidade da implementação do Serviço Social na sociedade, para a execução de ações sociais de cunho caritativo. Com a exploração do capital, a sociedade começa a reconhecer os problemas sociais e é nesse contexto que o trabalho do assistente social se torna indispensável. No impasse entre capital e trabalho a questão social traz à tona todas as desigualdades sociais como: política, econômica e cultural. Contudo, o Serviço Social se desenvolve como profissão nesse contexto de lutas de classes.

O Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma

<sup>18</sup> A primeira lei que regulamenta o Serviço Social é a Lei Nº 3252, de 27 de agosto de 1957. Em 1993, essa lei foi revogada e o Serviço Social passou a ser regulamentado pela Lei Nº 8.662, de 7 de Junho de 1993.

<sup>19</sup> É a base da previdência social brasileira, publicada em 24 de janeiro de 1923, onde foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias.

vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. [...] como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação (YAZBEK, 2009)

Com a exploração da mão de obra, a questão social surge em meio a um turbilhão de violação de direitos. O proletariado sendo explorado pela burguesia, os operários e suas famílias trabalhavam somente para comer, em condições insalubres e uma jornada de trabalho em que a empresa ditava o horário em que iria terminar. Foi então que a classe trabalhadora se viu com a obrigação de lutar por seus direitos, que estavam por conta da filantropia.

Após a proclamação da República, a classe trabalhadora começou a se articular, se deu início a greves e manifestações, mas o governo trata esses acontecimentos como caso de polícia. Com isso, o Estado começa a pensar em algumas medidas para amenizar os conflitos. Ficava proibido o trabalho de crianças e mulheres nas indústrias, porém essas medidas não se efetivavam por não haver qualquer tipo de fiscalização.

A “questão social” é compreendida à luz do pensamento social da Igreja como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam, embora situados dentro de relações capitalistas. Esse enfoque conservador, individualista, “psicologizante” e moralizador da questão demanda para seu enfrentamento uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento (YAZBEK, 2009).

Ao longo dos anos de 1970 e 1980, o Serviço Social cravou lutas para a melhoria de vida, principalmente quando se fala na classe trabalhadora. O Serviço Social tem se comprometido desde então com os direitos dos cidadãos para que estes tenham sua efetividade. Apoiado no projeto ético-político da profissão, o assistente social deve ter uma postura baseada no código de ética profissional de modo que não ofenda seus usuários, este deve compreender em sua totalidade as situações nos quais está lidando e assim tomar as medidas cabíveis e fazer os encaminhamentos necessários.

Atualmente, o Serviço Social tem se renovado, voltando-se assim para a defesa dos direitos dos trabalhadores e da população em geral. Contudo, os assistentes sociais atuam nas diferentes facetas da questão social, para a conquista, efetivação e ampliação dos direitos.

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). Elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade. Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza. (CFESS, 2009)

O assistente social pode atuar em diversas áreas, com o planejamento e a execução das políticas públicas. O Serviço Social pode também atuar no âmbito privado realizando assessoria e consultoria. Esse profissional tem sua atuação voltada também para o sócio jurídico com a orientação de classes menos favorecidas.

O Serviço Social vive hoje a expansão profissional através de novos espaços sócio ocupacionais, e a (re) inserção no cenário da política educacional tem revelado um grande desafio à profissão, pois aos assistentes sociais apresenta-se a necessidade de engajar-se nas instituições escolares, de elaborar e de implementar projetos de integração dos aspectos sociais e educacionais vividos pelos destinatários dessa política social, de inserir-se profundamente na dinâmica do conhecimento pedagógico e das suas legislações que marcaram a construção de políticas educacionais nesse país. O assistente social, hoje, busca fundamentar sua formação profissional a partir das novas Diretrizes Curriculares, com uma flexibilidade das disciplinas, podendo contemplar especificidades regionais e demandas geradas pelas necessidades. (PIANA, 2009)

O exercício profissional do assistente social é diretamente afetado pelas relações e interesses da sociedade, que por sua vez participa da continuação e da transformação das classes subalternas, e isso permite a categoria traçar técnicas capazes de reforçar os interesses dessas classes.

No próximo tópico trataremos de como o assistente social se insere de fato no campo educacional, e como se dá o seu trabalho junto à equipe multiprofissional da escola e com alunos e famílias para o melhor tratamento da questão social e dos problemas que tanto assolam as escolas.

### 3.2 A Atuação do Assistente Social na Educação Básica

Este tópico trata-se de como o assistente social se inseriu no campo educacional, e de equipamentos que executem atividades complementares da educação. A educação é o complemento da vida social do indivíduo, pois é importante para definir quem vai produzir a riqueza e quem vai ser explorada por ela. A função social é ditada por suas práticas sociais.

A política de educação é composta por diversas modalidades, assim podemos perceber como seria importante uma política que insere o assistente social na educação. Há várias possibilidades do que pode e do que deveria fazer o assistente social no sistema educacional.

A inserção do assistente social nos campos públicos e privados dão a este profissional uma ampla visão no setor educacional. A partir de 2000, o conjunto CFESS-CRESS<sup>20</sup> tem debatido sobre quais as possibilidades da inserção do serviço social na educação e assim construindo subsídios para tal proposta.

Foi criado um Projeto de Lei 3688/2000 que trata da regulamentação do assistente social nas escolas ou qualquer outro equipamento público. Este PL já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e encaminhado para o Senado Federal, onde recebeu algumas alterações, inclusive no número, que agora é 060/2007, sendo aprovado pelo Senado em 1º de dezembro de 2009, com algumas alterações e depois disso volta novamente para a Câmara dos Deputados para serem aprovadas as modificações.

A educação, tida como um direito garantido por lei, nem sempre é acessível a todas as camadas da sociedade de forma igualitária. Verificam-se contradições e distorções acerca do acesso e permanência da população no banco escolar, principalmente quando falamos de população carente. A escola hoje se vê com o desafio de lidar com especificidades que existem não é de hoje, porém antes ficavam camufladas, vindo a emergir num contexto de abertura e do novo discurso de uma escola inclusiva e democrática que contemple os diversos atores que nela se inserem, os alunos. No contexto escolar o êxito do aluno deve ser entendido como algo além da aquisição do conhecimento científico e tecnológico. Essa mudança de paradigma implica em dar maior atenção às necessidades demandadas por esse aluno e ainda, exige um maior conhecimento desses aspectos por parte dos professores. Considerando que a escola é um lugar onde emergem vários conflitos, por se tratar de um espaço comum a seres únicos, e em fase de desenvolvimento, deve-se lançar um olhar diferenciado a ela, no sentido de aproximar-se das

---

<sup>20</sup> Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social.

questões que cada aluno traz consigo. Isso significa reservar um maior tempo no sentido de possibilitar a esse aluno que ele externalize seus anseios, medos, suas habilidades, proporcionando uma maior interação entre o meio onde vive e o espaço agora frequentado denominado escola (ALVES, 2010).

Com isso, podemos perceber que o assistente social dentro das escolas se torna muito importante para que este possa vir a tratar sobre a questão social, em que, muitas vezes, professores e educadores não estão preparados para tal situação. O profissional de Serviço Social deve ser inserido no sistema educacional de forma que venha ajudar e interagir com os alunos.

[...] A presente pesquisa propõe refletir sobre a contribuição do Serviço Social na área da educação, especificamente na escola, pois o Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais. (FRACASSI, 2007).

O Serviço Social tem vários obstáculos a serem vencidos e preconceitos a destruir, é uma luta incansável, porém nossa categoria não pode descansar. Estamos vivendo em uma época em que tudo se tornou mais difícil, mas, atualmente, alguns novos campos de atuação se tornaram acessíveis e com isso temos a oportunidade de vencermos mais essa batalha e também os preconceitos que rondam essa profissão.

No campo educacional, o Serviço Social surgiu em 1906, nos Estados Unidos, quando os Centros Sociais designaram visitadoras para estabelecer uma ligação com as escolas do bairro, a fim de averiguar por que as famílias não enviavam seus filhos à escola. O trabalho desenvolvido pelo Serviço Social Escolar (assim intitulado) integrava a equipe multidisciplinar juntamente com psicólogos e professores. O objetivo era atender os alunos com problemas de aprendizagem. A tendência do Serviço Social era atender as dificuldades de caráter individual e familiar, configurados como problemas sociais, apresentados no espaço escolar (PIANA, 2009).

Os problemas sociais que são levados para o ambiente escolar são fatores de risco para que os alunos que os têm possam assim dispor de argumentos para a evasão escolar. Os problemas são muitos, como fome, famílias em situação de drogadição ou problemas financeiros, cabe ao serviço social escolar identificar esses problemas na escola e encaminhar esses alunos para as Políticas Públicas existentes para cada um desses fatores que prejudicam o rendimento escolar.

Frente a essa situação, o estudante chega muitas vezes à escola apresentando comportamentos agressivos, irritado, inquieto e às vezes chega a brigar na escola, perdendo a concentração nas aulas, ou torna-se distante, retraído e, assim, o seu aprendizado torna-se difícil, ocasionando muitas vezes na evasão escolar. Diante desse cenário, a escola deve estar preparada para ver além das atitudes desses estudantes, preocupando-se com as causas que levam a esse comportamento, buscando estabelecer um diálogo com esses indivíduos e, principalmente, conhecer as legislações, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apropriando-se desse instrumento como forma de enfrentamento da violação dos direitos. Vale ressaltar que para se estabelecer um diálogo, sendo este fundamental no processo de aprendizado, é essencial saber escutar (OLIVEIRA, 2012).

Nesse trecho, o autor nos mostra a responsabilidade dos profissionais de Serviço Social e Psicologia dentro das escolas, pois em conjunto com educadores e professores formam indivíduos criticamente reflexivos para a sociedade futura. E assim trabalhar para que os problemas dentro do sistema educacional sejam mínimos.

A equipe de profissionais deverá estabelecer com a escola um espaço de escuta e acolhimento dos impasses e dificuldades escolares que podem se apresentar a partir de situações de violência nas adversas expressões, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco e vulnerabilidade social, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar (Figueiredo, 2007).

O assistente social trata diretamente com a questão social, e com isso vem a responsabilidade de construir e mediar os direitos para todos. As políticas sociais falam por si, depois de muitas lutas elas finalmente foram conquistadas. De acordo com o documento elaborado no 29º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, a seguridade social é entendida:

Como um campo de luta e de formação de consciências críticas em relação à desigualdade social no Brasil e de organização dos trabalhadores. Um terreno de embate que requer competência teórica, política e técnica. Que exige uma rigorosa análise crítica da correlação de forças entre classes e segmentos de classe, que interferem nas decisões em cada conjuntura. Que força a construção de proposições que se contraponham às reações das elites políticas e econômicas do país, difusoras de uma responsabilização dos pobres pela sua condição, ideologia que expressa uma verdadeira indisposição de abrir mão de suas taxas de lucro, de juros, de sua renda da terra (2000: 31).

O profissional de Serviço Social tem um compromisso com a sociedade, e um dos desafios dessa categoria é realizar suas competências profissionais da melhor forma possível e em todos os espaços sócio ocupacionais, lutando pela consolidação dos direitos, principalmente quando se fala no sistema educacional. É importante que

o profissional de Serviço Social tem total autonomia para garantir o sigilo profissional, quanto ao atendimento dos usuários, para isso o profissional deve estar atento ao Código de Ética da profissão.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a autonomia não é dada, na verdade é construída em densas tensões no cotidiano profissional ancorada na necessidade de independência técnica para fazer escolhas que estejam em sintonia com os princípios e normas do Código de Ética Profissional na perspectiva de empreender um trabalho de qualidade, que possibilite garantir e ampliar direitos à população usuária. (BARROCO e TERRA, 2012).

O assistente social, no âmbito educacional, dá liberdade aos indivíduos para que estes possam desenvolver suas habilidades e se formar um ser capaz de “crescer” enquanto ser humano responsável. Com o passar dos anos, a inserção do Serviço Social no sistema educacional tem se tornado essencial para ampliar as ações da educação.

A atuação do profissional de Serviço Social está diretamente ligada à garantia da qualidade da educação, por meio de lutas sociais a escola pública se amplia como um direito social, juntamente com o assistente social. Vale ressaltar que o trabalho do assistente social não se restringe somente às crianças e adolescentes dentro das escolas, o trabalho de assessoria com as famílias e profissionais da educação, para garantir a capacitação profissional.

Contudo, sabemos que a educação não é uma obrigação somente do Estado, cabe também a alguns setores da sociedade civil e empresarial como: mais abertura para o mercado de trabalho e sem preconceitos, pois parte desse esforço é para a efetivação desse direito igualmente para todos.

### **3.3 A Atuação do Assistente Social na Educação Inclusiva**

Este tópico trata-se de como o profissional de Serviço Social se insere e qual a importância de seu papel na educação inclusiva e nas classes menos favorecidas. Assim, abrir uma discussão em torno da importância desse profissional para a educação, para que este possa garantir e efetivar os direitos de todos.

O assistente social tem em seu trabalho junto as pessoas com deficiência o

objetivo de garantir seus direitos de forma eficaz. A intervenção desse profissional, nesse âmbito é de prestar assessoria não só ao usuário e suas particularidades, mas se abrange também as famílias para que estas possam se sentir seguras de seus direitos que são garantidos por lei e assim ter propriedade para procurar os órgãos responsáveis.

Vale ressaltar que no sistema educacional, o papel do assistente social é como membro da equipe multiprofissional da escola e tem como objetivo fazer valer o direito de crianças e adolescentes que tenham acesso ao ensino regular, que as escolas possam promover a inclusão das pessoas com deficiência, e que cabe à escola cumprir seu papel social. Dentro das instituições, o profissional de Serviço Social também presta um trabalho de acompanhamento junto às famílias para tratar do bem coletivo e não só individual.

Com as mudanças da questão social, o trabalho vem se tornando cada vez mais difícil, quando se trata de pessoas com deficiência, lhes é assegurado por lei o Benefício de Prestação Continuada (BPC), porém não são todas as pessoas com deficiência que têm direito a esse benefício e é nesse contexto que o assistente social se insere e na escola é muito importante, pois esse profissional tem a incumbência de ter a sensibilidade de ver a questão social com transparência e assim fazer os encaminhamentos necessários.

Com a publicação do Programa BPC na Escola e sua interface com o Bolsa Família, entendemos ser papel do Serviço Social do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) mapear, através de entrevista junto aos usuários beneficiários, a relação do benefício principalmente com a frequência escolar, analisando sua utilização em benefício dos alunos desse Instituto (MAIA, 2010).

O campo educacional tem se mostrado um dos melhores para a atuação do Serviço Social, sua participação ativa nas escolas pode resgatar e efetivar a integridade humana, porém é dentro das escolas as expressões da questão social se tornam cada dia mais visíveis e com isso a atuação do assistente social escolar é tão importante.

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o

modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 1998, p. 75).

É necessária uma articulação entre o Serviço Social e o sistema educacional, para que este possa ser um lugar de confiança para as pessoas com deficiência. E para que isso se torne realidade é necessário que esses profissionais se qualifiquem melhor para que o seu trabalho seja de qualidade para seus usuários. O profissional de Serviço Social é peça chave para garantir a educação que é estabelecida por lei para todos.

Há uma preocupação em relação a inserção do assistente social nas escolas, o profissional de Serviço Social ainda não está totalmente preparado para esse novo campo, pois a sistemática de atuação ainda se encaminha para a melhoria, porque esse campo ainda é prematuro em relação ao Serviço Social. O trabalho do Serviço Social é uma ponte entre os direitos dos usuários, e para isso ele trabalha na articulação e intervenção de informações e as relações interpessoais.

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nessa passagem de milênio (ALMEIDA, 2000, p. 74).

Além das escolas são necessários outros equipamentos que também possam fazer um trabalho inclusivo, não só com as pessoas com deficiência, mas também com as famílias dessas pessoas. Assim, o profissional de Serviço Social tem uma melhor aproximação com essas pessoas e pode analisar e ver de perto quais as prioridades e as necessidades de cada pessoa em questão, para que se possa evitar a exclusão dessas pessoas na sociedade, contudo ressalta-se o papel do Serviço social:

Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola; favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo; ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais; proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor,

estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos. (MARTINS, 1999, p. 60).

Podemos perceber que a atuação do assistente social nas escolas é pouco reconhecido, porém já houve avanços importantes, mas para que isso se torne realidade de fato é necessário que o profissional de Serviço Social se mantenha atualizado e sempre renovando seus conhecimentos dentro do sistema educacional. Só será possível a total inclusão de pessoas com deficiência nas escolas com o trabalho árduo e incessante do assistente social.

O assistente social tem sua inserção na educação inclusiva para tentar diminuir os conflitos existentes nesse meio, pois por conta do preconceito o desrespeito acontece e o assistente social entra nesse contexto para fazer com que esses problemas se dissipem ao máximo para perceber as especificidades de cada um e fazer seu trabalho da melhor forma possível, percebendo as particularidades da questão social de cada família das pessoas com deficiência.

Cabe ao profissional de Serviço Social dar suporte técnico às famílias de pessoas com deficiência e lhes garantir os direitos que, por vezes, não são bem informados sobre estes. O Serviço Social deve atuar junto à inclusão para que todas as pessoas com deficiência possam ser reconhecidas como cidadãos que pagam seus impostos e tenham autonomia e liberdade de ir e vir sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

Exige do assistente social uma participação enquanto um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais [...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. [...] e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes (IAMAMOTO, 2001, p. 20).

Cabe ao assistente social propor soluções aos problemas existentes nas escolas, mas não é só isso, também é de competência do Serviço Social, juntamente com a equipe multiprofissional da escola, manter o ensino de qualidade que ali é ofertado, pois com isso o aluno deverá manter o prazer de estar dentro da sala de aula.

O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais não se confunde ao dos educadores. Em que pese a dimensão socioeducativa de suas ações, sua inserção tem se dado no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos sócio institucionais. (ALMEIDA, 2000)

O assistente social trabalha junto à educação inclusiva para promover a autonomia e os direitos das pessoas com deficiência, para que estas tenham direito à proteção que o Estado tem por obrigação oferecer, como o acesso a serviços assistenciais e um melhor convívio familiar. É importante ressaltar que o assistente social é o intermédio entre a educação e a família, para realizar um trabalho de qualidade e assim os pais de crianças ou adolescentes com deficiência possam escolher a escola que querem colocar seus filhos, seja ela: regular, especial ou inclusiva.

A equipe multiprofissional da educação tem o dever de se articular e fazer palestras e rodas de conversa para prevenir os alunos de situações de risco como: tráfico de drogas, abuso sexual, exploração, entre outros, para que a escola não seja apenas um meio de obter benefícios sociais, e o assistente social entra na equipe para promover informações importantes para que estes se tornem cidadãos dignos.

O profissional de Serviço Social se insere no sistema educacional para fazer parte dos conselhos escolares juntamente com os profissionais da educação para garantir os direitos, sejam de pessoas com deficiência ou não, fortalecendo assim o controle social da escola e também para que esta cumpra seu papel junto à sociedade.

Nesse contexto é que percebemos o quanto o profissional de Serviço Social é importante dentro do sistema educacional, para compor a equipe multiprofissional das escolas e assim tentar dizimar os maiores problemas que tanto permeiam as instituições educacionais, principalmente a exclusão de pessoas com deficiência ou não.

#### **4. O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO ÀS PESSOAS SURDAS NO INSTITUTO FILIPPO SMALDONE**

Como foi tratado no capítulo anterior como se deu a inserção do assistente social no campo educacional, este mostrará como foi realizado um estudo de caso no Instituto Filippo Smaldone, que realiza o processo inclusivo com crianças e adolescentes surdas e ouvintes. Apresenta-se um pouco sobre as deficiências existentes no Brasil e uma breve introdução sobre a história da surdez, como foi descoberta e como foi introduzido o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Na pesquisa realizada no Instituto, foram feitas algumas perguntas para a assistente social que trabalha lá, e pôde-se perceber melhor qual sua relação com os estudantes e as famílias daqueles que lá estudam. É importante relatar que o Instituto é uma instituição filantrópica e que precisa da ajuda financeira da Prefeitura e de outras empresas para se manter e continuar fazendo o seu trabalho, lá todo tipo de educação é totalmente gratuita.

##### **4.1 As Deficiências no Brasil**

A trajetória das pessoas com deficiência no Brasil vem se consolidando e se tornando um marco na história, é importante ressaltar que as questões culturais constroem aspectos como exclusão, caridade, inferioridade, oportunismo e etc. Através dos marcos históricos, desde os primeiros momentos é que vem a associação da deficiência como doença.

Segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, juntamente com o Ministério da Saúde, 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, a que apresenta o índice mais elevado é a deficiência visual, que atinge 3,6% da população, e é mais comum entre pessoas idosas com mais de 60 anos.

Ainda segundo esta pesquisa 1,3% da população tem alguma limitação física, porém menos da metade frequentam centros de reabilitação, 0,8% da população apresenta deficiência intelectual e a maioria dos casos já nasceram com essa limitação. As pessoas com deficiência auditiva representam 1,1% da população

brasileira, mais da metade dessas pessoas ficaram surdas por causa de doença ou acidente, somente 0,2% já nasceram surdas.

No Brasil os surdos começaram a estudar somente em 1857, quando Dom Pedro II criou a primeira escola de educação de meninos surdos no Rio de Janeiro. Segundo o censo de 2010, 9,7 milhões de pessoas têm deficiência auditiva.

Somente em 2002, a Lei nº 10.436 foi sancionada para que a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) fosse reconhecida como segunda língua oficial do país, essa lei também determinou que a LIBRAS fosse usada como meio de comunicação. A surdez pode ser tanto adquirida como hereditária, através de infecções, no parto ou acidentes ao longo da vida. São consideradas pessoas com deficiência auditiva quando há perda total ou parcial da audição caracterizando quarenta e um decibéis (db) ou mais.

Ainda existem muitos desafios quando se fala em acessibilidade para pessoas surdas. O maior problema é a falta de interpretes, que era para ser obrigatória, mas não é. Nos hospitais esse problema se torna ainda maior, pois a maioria dos surdos leem lábios, e os médicos falam muitos termos técnicos que torna a comunicação mais complicada.

## **4.2 Sobre o instituto Filippo Smaldone**

O Instituto Filippo Smaldone foi fundado em 1988, essa instituição oferece um atendimento educacional e de reabilitação educacional para crianças e adolescentes com deficiência auditiva, proporcionando o acesso ao conhecimento sistematizado com estratégias e adaptações necessárias, considerando os aspectos cognitivo, afetivo, social e motor. Temos como objetivo o respeito pelo ritmo de aprendizagem e de interesse do aluno adotando uma postura bilíngue, possibilitando assim que os mesmos alunos participem do processo de inclusão social. O Instituto Filippo Smaldone é uma instituição filantrópica<sup>21</sup> e pública que abrange a cidade de Fortaleza e municípios vizinhos através de parcerias e convênios com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, a Secretaria de Educação e outras instituições privadas, oferecendo

---

<sup>21</sup> É uma entidade que presta serviços à sociedade, principalmente às pessoas mais carentes, e que não possuem como finalidade obter lucro.

atividades pedagógicas, dança rítmica, fonoaudiologia, ensino de Libras e apoio psicossocial à família do indivíduo com surdez.

A presente instituição tem como princípio a formação humana e cidadã de seus usuários, procurando integrar em suas atividades valores como a justiça, respeito e solidariedade, contribuindo para a sua formação plena, buscando a reabilitação social e educativa para crianças e adolescentes com deficiência auditiva através de um acompanhamento multiprofissional, visando formar indivíduos autônomos, criativos e capazes de assumir seu lugar na sociedade, cientes de seus direitos e deveres como cidadãos.

O instituto é dirigido pela Congregação das Irmãs Salesianas dos Sagrados Corações, uma associação civil e religiosa de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de natureza beneficente e filantrópica, de carácter educacional, cultural e de assistência social.

### **4.3 A Entrada no Campo de Pesquisa**

No dia 23 de junho de 2017, saí de minha residência às 06h e 30 min rumo ao Instituto Filippo Smaldone, que fica situado na rua Adolfo Siqueira, 273, Joaquim Távora. Quando liguei pela primeira vez, falei com a pessoa responsável pela marcação de visitas no Instituto, ela foi cordial e muito simpática e marcou a entrevista no ato, para dali a dois dias, não foi difícil falar com eles, não tive nenhuma dificuldade de articulação e em nenhum momento eles colocaram empecilhos. Ela me falou por telefone o endereço e me deu um ponto de referência, porém eu mal sabia que seria tão distante.

Na data marcada, pesquisei o endereço novamente, pois não sabia muito bem onde se localizava o Instituto. Ficava muito longe de onde moro, foi bem difícil de encontrar o endereço, porém depois de muito andar consegui chegar. Nunca me senti tão feliz ao entrar naquele local, pois cheguei a pensar que a assistente social não me receberia mais, pois estava com um atraso de duas horas.

Como eu imaginava, ela me recebeu muito bem, cordial e respondeu todas as minhas perguntas. Para complementar meu estudo falei brevemente com a psicóloga, que reforçou tudo que a assistente social havia me dito.

Eles realizam um trabalho importante com crianças e adolescentes, a partir da creche até o infantil V, são crianças ouvintes, do 1º ao 9º ano são crianças e adolescentes que possuem vários níveis de surdez, umas mais, outras menos. O processo de inclusão se dá a partir do momento em que essas crianças são matriculadas, pois alunos e familiares passam por uma avaliação social com a equipe multiprofissional do Instituto, assistente social, psicóloga, fonoaudióloga, entre outros profissionais que atuam na área. No ato da matrícula, os alunos passam por uma espécie de estudo social, no qual a assistente social e a psicóloga fazem todas as perguntas necessárias desde a parte até a atual idade da criança, para assim saber como aconteceu a surdez, se adquirida ou congênita.

A inclusão também é oferecida longe das salas de aula, foi relatado pela assistente social que por vezes os alunos são convidados por outras escolas para campeonatos e competições de outras escolas. Assim, o conceito de inclusão não será necessariamente dentro da escola, mas também fora dela.

No Instituto, o assistente social trabalha diretamente com o público-alvo, que é com as famílias das pessoas com deficiência realizando políticas sócio assistenciais e desenvolvendo atividades como: triagem, atendimento às famílias através de entrevista social, orientações e encaminhamentos de acordo com as necessidades dos usuários, sensibilizar os pais quanto a importância do papel no processo de educação e desenvolvimento dos filhos, palestras voltadas para as famílias, elaborar e executar processos sociais, fomentar ações que contribuam para a geração de renda das famílias, encontros com outras entidades, acompanhar crianças e adolescentes que apresentam alguma dificuldade no desempenho das atividades de desenvolvimento social e familiar, com delimitação do problema e elaboração de intervenção, visita domiciliar, participar de conselhos e fóruns, participar de reuniões técnicas para estudo de caso e troca de informações sobre o usuário e a família, promover campanhas socioeducativas e culturais, buscar parcerias com instituições públicas e privadas, propiciar ações que possibilitem o direito da família e do deficiente na rede de proteção e o acesso a benefícios e à rede de inclusão e proteção social.

Quando cheguei ao Instituto, fui recebida por uma pessoa da Secretaria, que me levou até a sala da assistente social. Fui muito bem recebida, e a assistente social concordou em responder algumas perguntas numa entrevista semiestruturada. Apliquei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que eu pudesse usar sua fala nesta monografia.

Quando perguntada como é feita a inclusão dos alunos fora do Instituto e com outras pessoas, ela disse: “a gente trabalha inclusão com atividades esportivas nas instituições em contato com a família, fora do instituto em casa se tem um bom relacionamento familiar, se tem amigos e como se dá a inclusão com a família”.

Sobre a inclusão das famílias junto às crianças e adolescentes que estudam no Instituto, a assistente social fala que “sempre procuramos manter o contato, se a criança está tendo algum problema relacionado ao comportamento, chamamos a família para conversar, ou os familiares nos procuram para solicitar alguma informação ou orientação sobre o comportamento dos filhos, dependendo da avaliação encaminhamos para outros profissionais do Instituto, psicólogo ou pedagogo, e se não resolver encaminhamos para outra instituição para dar o suporte necessário que a família necessita no momento, porque trabalhamos muito dentro da perspectiva do encaminhamento e orientação”.

O trabalho com famílias tem se constituído numa fonte de preocupação para os profissionais que trabalham na área, tanto pela atualidade do tema como pela sua complexidade. A sua discussão envolve inúmeros aspectos dentre os quais estão presentes as diferentes configurações familiares, as relações que a família vem estabelecendo com outras esferas da sociedade, tais como Estado, Sociedade Civil e Mercado, bem como os processos familiares. Além destes, estão envolvidos os aspectos inerentes à própria história e desenvolvimento das profissões que atendem a esse campo. (MIOTO, 2004; p. 1)

A assistente social me relatou que não existe resistência das famílias quanto ao ensino da LIBRAS, pois geralmente as famílias vêm para o instituto à procura de um ensino melhor para seus filhos e antes de iniciar qualquer trabalho “fazemos uma triagem, conversamos com os responsáveis e com a criança, que passa pela avaliação da psicóloga, da fonoaudióloga, e conversamos com a pedagoga para que ela possa explicar a metodologia de ensino do Instituto Filippo Smaldone, que tem como língua principal a LIBRAS, muito importante que a família também aprenda para

conversar com a criança em casa a fim de que ela não se sinta isolada, porque aqui ela vai se comunicar por meio da LIBRAS e quando ela chega em casa, não tem como se comunicar porque ninguém sabe conversar através da linguagem de sinais. Nós procuramos incentivar a família a fazer um curso de LIBRAS que oferecemos aqui no instituto, desde o ano passado a gente faz o curso com os pais que querem aprender para que possam se comunicar com seus filhos”.

O exercício profissional com famílias ainda se movimenta através de processos pautados nos padrões de normatividade e estabilidade. Ou seja, as ações continuam calcadas na perspectiva da funcionalidade e relacionadas aos processos de integração e controle social. Dessa forma, tira-se de foco a discussão da família no contexto de uma sociedade desigual e excludente, fortalece-se, direta ou indiretamente, uma visão da família como produtora de patologia e busca-se a “pacificação artificial” das famílias. (MIOTO, 2004; p. 4)

Quanto a acolhida da família no Instituto, ela diz que: “a relação entre Instituto e as famílias é muito importante porque quando a criança começa a estudar surge a demanda que a família seja incluída nesse processo, e os profissionais poderem fazerem os encaminhamentos corretamente é muito importante que se mantenha o elo”.

No âmbito do Serviço Social, os processos de atenção às famílias, fazem parte da história da profissão. Segundo Neder (1996), os assistentes sociais são os únicos profissionais que têm a família como objeto privilegiado de intervenção durante toda sua trajetória histórica, ao contrário de outras profissões que a privilegiam em alguns momentos e, em outros, a tiram de cena. (MIOTO, 2004; p. 2)

“Geralmente, o Serviço Social trabalha diretamente com a família, com os alunos é mais no caso de que os alunos querem falar de suas famílias, em relação a comportamento, é feito palestras pelo Serviço Social em parceria com a psicologia quando surge a demanda”.

Esse trabalho se torna essencial, pois as famílias também precisam fazer parte da vida escolar de seus filhos, para ter acesso às informações e desse modo contribuir para o aprendizado.

Apesar de sua longa tradição no trato com famílias e do aprofundamento da discussão teórico-metodológica e ético-política, ocorrida no Serviço Social nas últimas décadas, a ação dos assistentes sociais, continua sendo considerada muito aquém das exigências que lhes estão sendo colocadas. Estas exigências estão relacionadas à necessidade de consolidação do atual projeto ético-político da profissão, de qualificação das ações profissionais

nessa área, além da afirmação do espaço do Serviço Social num campo cada vez mais disputado por outras profissões. (MIOTO, 2004; p. 2)

“Quando o aluno é matriculado é feita uma triagem junto à família, quando a professora inicia com o aluno ela percebe como está o desenvolvimento, porque geralmente quando eles chegam não sabem de nada em LIBRAS, mas por serem crianças tem um pouco mais de facilidade de aprender, é quando acontece a inclusão, pois recebem o apoio daquelas crianças que já sabem a língua. O problema acontece quando o aluno falta demais e perde totalmente a integração que vinha sendo feita e aí chamamos novamente a família para saber o que está acontecendo, e é nesse contexto que vamos desenrolando e ajustando conforme passa o tempo”.

A inclusão é um processo delicado pelo qual as pessoas com deficiência passam, esse processo se inicia dentro do próprio seio familiar, mas quando se trata de crianças, isso se torna um pouco mais fácil, pois eles se acolhem de forma que não exista preconceitos ou diferenças.

No que tange a interface entre Estado e família na provisão da educação, temos como importante marco na redemocratização do país a promulgação da Constituição Federal de 1988, fruto de lutas da sociedade civil organizada. A chamada Constituição Cidadã traz a noção ampliada de educação realizando uma interface entre Estado e família na provisão da mesma, representando um avanço no que tange a Constituição de 1967, que apregoava apenas como função estatal a provisão da educação quando provada a insuficiência de meios da família e da sociedade para tal. (CRESS, 2010; p. 8)

É nesse contexto que percebemos como o assistente social é importante dentro das escolas, principalmente nas de educação especial, para a melhor articulação entre alunos, famílias e outros profissionais para que se realize um bom trabalho, que as pessoas com deficiência e no caso específico do Instituto Filippo Smaldone, que ensina crianças e adolescentes surdas se sintam parte da sociedade que tanto discrimina qualquer tipo de deficiência.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para chegar até a conclusão desta monografia, foram muitas as dificuldades, desde a escolha do tema até a entrada no campo de pesquisa, pois a educação ainda é um campo novo para atuação do assistente social, o que torna a pesquisa um pouco mais complicada do que o normal.

Os objetivos propostos inicialmente foram alcançados parcialmente, pois a atuação do assistente social na educação é muito mais importante do que podemos imaginar. Por conta da questão social, a escola está mais propensa à evasão de crianças e adolescentes por causa de problemas como a drogadição e abuso sexual entre outros, e quando falamos de educação inclusiva esses problemas tomam uma proporção ainda maior, por causa do preconceito que a sociedade tem com as pessoas com deficiência. O assistente social atua nas escolas para justamente lidar com a questão social e mediar o diálogo entre as partes envolvidas.

Atualmente, não existem escolas de ensino regular com assistente social, o que também me levou a curiosidade de pesquisar sobre esse profissional nas escolas, como falei anteriormente o Serviço Social é muito importante no sistema educacional, pois ele irá trabalhar diretamente com a questão social, tendo assim a sensibilidade de ver com profundidade a problemática social.

A minha motivação por esse tema se deu a partir do momento em que eu me vi interessada pelo campo, e que futuramente pretendo atuar dentro do sistema educacional. Conheci o Instituto Filippo Smaldone através de uma professora que me indicou e uma colega, cuja pesquisa também tinha realizado lá, o que me facilitou bastante as informações que ela me passou.

Com o passar do tempo, pude perceber o quanto essa temática é complicada e de difícil pesquisa, não se acham muitos autores que falem sobre a atuação do assistente nas escolas e por isso é difícil o acesso às informações desse tipo.

A atuação do assistente social nas escolas de ensino regular e de educação especial é um campo novo e que ainda está em desenvolvimento, mas com grandes possibilidades de abrangência, porém alguns políticos não acham que este profissional não é importante, como o discurso do deputado Alex Canziani (PTB-PR),

que diz que a inserção de assistente social e psicólogo é mais um gasto para os municípios, mas cabe somente à Comissão de Educação analisar os gastos orçamentários.

Com isso, pode-se dizer que muito já foi feito, o ensino regular e a educação especial e inclusiva muito já avançou, porém ainda há muito o que se fazer. O profissional de Serviço Social terá seu trabalho reconhecido e com isso os campos de atuação tomarão grandes proporções, assim o sistema educacional abrirá suas portas para que o assistente social possa atuar e fazer seu trabalho da melhor forma possível, para que futuramente a educação seja de fato para todos sem discriminação ou preconceito.

Com a finalização desta monografia vejo todas as dificuldades que passei até chegar aqui, dias e dias totalmente debruçada sobre o computador para produzir um texto que hoje finalizo já me sentindo vitoriosa, pelo pouco tempo que tive, e o prazo tão curto para entrega. Vejo que tudo isso valeu a pena pois, tenho certeza que isso tudo irá fazer com que eu saia um pouco mais forte e confiante.

## REFERÊNCIAS

<[Http://servicosocialunipacudi.blogspot.com.br/2011/03/quando-surgiu-o-servico-social-no.html](http://servicosocialunipacudi.blogspot.com.br/2011/03/quando-surgiu-o-servico-social-no.html)> acesso em: 21/06

ANDRADE Francisca Rejane Bezerra SANTOS Geógia Patrícia Guimarães  
CAVAIGNAC Mônica Duarte. **Educação em debate**. Fortaleza: UECE, 2016

BARROS Jussara de PCN – PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Equipe  
Brasil Escola. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacoes/pcnparametros-curriculares-nacionais.htm>> Acesso em: 12 de julho de 2017

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília.  
DF: Senado, 1988.

Brasil. Portal da revista Escola Abril. Disponível em:  
<[http://revistaescola.abril.com.br/img/politicas-publicas/fala\\_exclusivo.pdf](http://revistaescola.abril.com.br/img/politicas-publicas/fala_exclusivo.pdf)>. Acesso  
em 27 de novembro de 2015

BRUINI, Eliane da Costa. "Educação no Brasil"; *Brasil Escola*. Disponível em  
<<http://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>>. Acesso em 30 de  
maio de 2017.

CARDOSO Mércia De Souza, AUGUSTO Jacira Maria O DIREITO À EDUCAÇÃO NO  
ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO disponível em:  
<[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7368](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7368)> de 13 de abril de 2009. Acesso em 12 de julho de 2017

CARMONA Talita A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL disponível em:  
<<http://webartigos.com/artigos/a-historia-do-servico-social/44882#ixzz4kfSsC7g3>>

CAVALCANTE MEIRE INCLUSÃO JÁ DISPONIVEL EM:  
<<https://inclusaoja.com.br/category/legislacao-2/>> 09/12/2011 acesso em: 25 de junho  
de 2017

GRESS O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO  
ESPECIAL disponível em aula-gress-20101.doc acesso em 26 de julho de 2017

DOCUMENTOS HISTÓRIA E EDUCAÇÃO. Secretaria da Cultura do Estado do  
Ceará. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006

ENCICLOPÉDIA Barsa Rio de Janeiro – São Paulo: Enciclopédia Britânica  
Consultoria Editorial – LTDA, 1995, p 407 – 425 V. 6

FIGUEIRA Emílio CAMINHANDO EM SILÊNCIO – UMA INTRODUÇÃO À  
TRAJETÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA DO BRASIL  
disponível em <<http://www.bengalalegal.com/pcd-brasil>> 2008 acesso em 27 de julho  
de 2017

IMPERIAL INSTITUTO DOS MENINOS CEGOS disponível em: <<http://museubenjaminconstant.blogspot.com.br/2013/05/benjamin-constant-e-o-imperial.html>> junho de 2007 acesso em: 22/06

INSTITUTO FILIPPO SMALDONE <<http://filipposmaldone.blogspot.com.br/p/assistencia-social.html>> acesso em: 30 de junho de 2017

JAMIL Carlos Roberto Cury A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL setembro de 2002 disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12929.pdf>> acesso em 25 de junho de 2017

LOPES Marina EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA TODOS disponível em: <<http://porvir.org/educacao-inclusiva-e-educacao-para-todos/por>> 5 de dezembro de 2016 acesso em: 21 de junho de 2017

MAIA Rosária, MARGAREZI Andreia Leticia EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PARA O ASSISTENTE SOCIAL DISPONÍVEL EM: <<https://direitosdosurdos.wordpress.com/2010/09/30/o-trabalho-do-assistente-social-na-area-de-educacao-especial/>> junho de 2010 acesso em 15 de junho

MARÇAL Paulo Rennes Ribeiro HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0103-863X1993000100003>> Acesso em 21 de junho de 2017.

MARIANO Luciana Helena Lopes. **Serviço Social: Surgimento e Institucionalização no Brasil** junho de 2011 disponível em: <[http://unipvirtual.com.br/material/2011/bacharelado/servsoc\\_surg\\_inst\\_brasil/unid\\_1.pdf](http://unipvirtual.com.br/material/2011/bacharelado/servsoc_surg_inst_brasil/unid_1.pdf)> Acesso em: 23 de junho de 2017

Método Lancaster Por Lucila Conceição Pereira disponível em: <<http://www.infoescola.com/pedagogia/metodo-lancaster/>> Acesso em: 25/06.

MIOTO Regina Célia Tamasso Revista Virtual Textos & Contextos, Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Trabalho%20com%20fam%EDlias.pdf>> nº 3, dez. 2004, ano 3, dez. 2004 acesso em: 16 de julho de 2017

OLIVEIRA Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

PETRY Josiane Rose Veronese, ELIAS Cleverton Vieira. **A educação básica na legislação brasileira**. Disponível em: <<http://www.direitoaeducacao.org.br/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-ldb/>> 30 de setembro de 2011> acesso em 25 de junho de 2017.

PIANA, Maria Cristina: **Serviço social e educação: Olhares que se entrecruzam**. Novembro de 2009. Portal da SEDUC

Portal QEDU disponível em: <<http://www.qedu.org.br/ideb#excelencia>> Acesso em 30 de junho de 2017.

PORTAL Brasil APESAR DOS AVANÇOS, SURDOS AINDA ENFRENTAM BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/09/apesar-de-avancos-surdos-ainda-enfrentam-barreiras-de-acessibilidade> setembro de 2016 acesso em 27 de julho de 2017

Postado por serviço social – unipac/udi quando surgiu o Serviço Social no Brasil. Publicado em agosto de 2010. Acesso em 05 de julho de 2017.

SILVA Ilza Maria da Alves. **O trabalho do assistente social na área de educação especial.** Disponível em <[http://cress-sc.org.br/img/noticias/0083\\_.html/](http://cress-sc.org.br/img/noticias/0083_.html/)> 31 de julho a 05 de agosto de 2010. Acesso em: 2606.

VIEIRA Andréia de Mendonça, VIEIRA Kamila de Mendonça. **História da Associação Pestalozzi do Ceará na perspectiva do atendimento educacional especializado: novas dimensões.** 9 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://pestalozzigoiania.org/historia/>> acesso em 25 de junho de 2017

VILLELA Flávia IBGE: 6,2% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA TEM ALGUM TIPO DE DEFICIÊNCIA disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/>> agosto de 2015 acesso em 27 de julho de 2017.

WELLE Deutsche OS DESAFIOS PARA UMA REAL EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/os-desafios-para-uma-real-educacao-inclusiva-no-brasil>> dezembro de 2013 acesso em 30 de junho de 2017

## **APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA**

- 1-**Como é feita a inclusão das crianças e adolescentes surdas fora do Instituto?
- 2-**Como se dá a inserção da família junto ao instituto?
- 3-**Há alguma resistência da família quanto ao ensino da LIBRAS?
- 4-**Qual a relação entre o serviço social e os alunos que precisam de sua intervenção?
- 5-**Como se dá a relação das famílias com o Instituto?
- 6-**Como é feita a abordagem de crianças e adolescente a partir de sua chegada no Instituto?

**ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ desenvolvida por \_\_\_\_\_.

Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) \_\_\_\_\_. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é \_\_\_\_\_. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_\_\_.

Assinatura do (a) participante:

\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) pesquisador (a):

\_\_\_\_\_

Assinatura da testemunha:

\_\_\_\_\_